

# **Diversidade Cultural Na Educação: Lei 11.645/2008 E O Ensino Da Cultura Afro-Brasileira E Indígena Nas Escolas**

**Kenny Rodrigues Nunes**

*Uces - Universidad De Ciencias Empresariales Y Sociales*

**Donizete Vaz Furlan**

*UNIFIEO*

**André Luiz Batista Galvão**

*Universidade Federal De Roraima*

**José Antônio Da Silva**

*FICS*

**Valdéria Colen Da Silva**

*UFVJM*

**Claudienne Da Cruz Ferreira**

*UFMA*

**Weslayny Vieira Goes Cerqueira**

*Must University*

**Rodolfo Lima Araújo**

*Universidade Federal Do Norte De Tocantins*

**Ozana Bezerra Da Silva**

*Universidade Federal De Campina Grande*

**Patrícia Vaz De Lessa**

*Universidade Estadual De Londrina - UEL*

**Rodrigo Nonato Do Socorro Lopes**

*Faculdade Malta*

**Ademar Henriques Da Silva Filho**

*Universidade Do Estado Do Amazonas*

**Frairon César Gomes Almeida**

*Univates*

---

## **Resumo:**

*Esta pesquisa teve como objetivo analisar a implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas brasileiras, focando no ensino da cultura afro-brasileira e indígena. A metodologia utilizada foi descritiva, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas com 13 profissionais da educação, incluindo professores e gestores, para coletar dados qualitativos sobre as práticas pedagógicas adotadas e os desafios enfrentados. Os resultados revelaram que, embora a lei tenha gerado avanços no reconhecimento dessas culturas nas escolas, ainda existem*

*dificuldades significativas, como a falta de formação adequada dos educadores, a escassez de materiais pedagógicos e a resistência de alguns alunos. No entanto, algumas experiências positivas mostraram que, quando abordada de forma interdisciplinar e contextualizada, a temática gera maior interesse nos alunos. A pesquisa conclui que é fundamental fortalecer a formação dos educadores, melhorar os recursos pedagógicos e promover uma maior articulação entre a gestão escolar e as políticas públicas para garantir a efetiva implementação da lei e a promoção da diversidade cultural nas escolas.*

**Palavras-chave:** *Diversidade; Afro-brasileiro; Indígenas; Educação.*

Date of Submission: 08-04-2025

Date of Acceptance: 18-04-2025

## I. Introdução

A diversidade cultural é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No contexto educacional, ela se apresenta como um tema essencial para o desenvolvimento de cidadãos críticos, respeitosos e conscientes de suas responsabilidades dentro de uma sociedade plural. A educação é, portanto, um espaço privilegiado para o reconhecimento e a valorização das diversas culturas que compõem o Brasil, com destaque para a afro-brasileira e a indígena. Essas culturas, que por séculos foram marginalizadas, possuem uma importância histórica e social que precisa ser incorporada ao currículo escolar para promover a igualdade racial e a diversidade (Rocha; Silva; Dutka, 2023).

O Brasil é um país de grandes contrastes culturais, fruto de um processo histórico marcado pela colonização, pela escravidão e pelas lutas pela liberdade e reconhecimento. No entanto, por muito tempo, o ensino nas escolas foi centrado em uma visão eurocêntrica, desconsiderando as contribuições e a história dos povos indígenas e dos afro-brasileiros. Esse apagamento cultural impediu que as crianças e os jovens brasileiros se reconhecessem como parte de uma nação multicultural, onde diferentes etnias, religiosidades e costumes coexistem e enriquecem a cultura nacional (Reis, 2023).

Nesse sentido, a Lei 11.645/2008, sancionada em 10 de março de 2008, representou um marco importante na educação brasileira ao incluir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de todo o país. A lei estabelece que os currículos de ensino fundamental e médio devem abordar, de maneira transversal, as contribuições dessas culturas para a formação da sociedade brasileira. Trata-se de uma ação afirmativa que visa corrigir um histórico de invisibilidade e marginalização, promovendo o reconhecimento e a valorização dos povos que formam a base da nação (Silva; Rabelo; Dorigon, 2024).

A implementação da Lei 11.645/2008 não se dá de maneira simples ou automática. A mudança no currículo exige um trabalho profundo de formação de professores, desenvolvimento de materiais pedagógicos adequados e uma mudança na mentalidade das escolas e dos alunos. A dificuldade de tratar de temas tão complexos, que envolvem questões de identidade, racismo, preconceito e reconhecimento histórico, representa um desafio para educadores e gestores escolares. No entanto, essa transformação é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que reconheça e celebre sua diversidade (Silva, 2022).

Além disso, a escola é o ambiente ideal para que o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena aconteça de forma respeitosa e consciente. Não se trata apenas de apresentar informações sobre os povos e suas tradições, mas de promover uma reflexão crítica sobre os processos históricos de exclusão e violência aos quais esses grupos foram submetidos ao longo dos séculos. A educação, portanto, deve ser vista como uma ferramenta de transformação social, capaz de desconstruir preconceitos, mitos e estereótipos, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade dos estudantes e contribui para o processo de reparação histórica (Tavares; Bahia, 2024).

Em relação à cultura afro-brasileira, a importância dessa abordagem está em reconhecer a influência africana na formação da cultura brasileira, seja na música, nas danças, na religião, nas culinárias ou nas manifestações artísticas e culturais. Essa contribuição foi fundamental para a construção de um país multicultural e diverso. Da mesma forma, os povos indígenas possuem um papel central na constituição do Brasil, sendo responsáveis pela preservação de conhecimentos ancestrais, sistemas de organização social, línguas e práticas sustentáveis que, muitas vezes, são desconsideradas no ensino tradicional (Tavares; Bahia, 2024).

Diante disso, o objetivo desta pesquisa é analisar como a Lei 11.645/2008 tem sido implementada nas escolas brasileiras e avaliar os desafios e as oportunidades encontradas pelos educadores no ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. A pesquisa visa compreender as práticas pedagógicas adotadas pelas escolas, os materiais didáticos utilizados, bem como identificar as percepções de professores, alunos e gestores sobre a importância dessa abordagem no processo de inclusão e valorização da diversidade cultural.

## II. Materiais E Métodos

A pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem descritiva, com o intuito de analisar como a Lei 11.645/2008 tem sido implementada nas escolas brasileiras, especialmente no que diz respeito ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. O foco foi compreender as práticas pedagógicas adotadas pelos

profissionais da educação e as percepções de alunos, professores e gestores sobre a aplicação dessa legislação (Lima et al., 2020; Lima; Domingues Junior; Gomes, 2023; Lima; Domingues Júnior; Silva, 2024; Lima; Domingues; Silva, 2024; Lima; Silva; Domingues Júnior, 2024).

Para atingir esse objetivo, a pesquisa foi estruturada de forma a coletar dados qualitativos por meio de entrevistas, o que permitiu uma análise detalhada das experiências e desafios vivenciados pelos educadores na implementação da lei. A amostra da pesquisa foi composta por 13 profissionais da educação, sendo esses professores e gestores de escolas de ensino fundamental e médio. A escolha desses participantes foi baseada na sua experiência direta com o ensino e a implementação das diretrizes estabelecidas pela Lei 11.645/2008. Os profissionais foram selecionados de diferentes instituições de ensino, buscando garantir a diversidade de contextos e realidades escolares, o que proporcionou uma visão mais abrangente sobre os desafios e práticas relacionadas ao tema. Para a coleta de dados, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, nas quais os participantes puderam expressar suas opiniões, experiências e dificuldades no processo de ensino da cultura afro-brasileira e indígena. As entrevistas foram conduzidas de forma individual, o que permitiu a cada profissional compartilhar suas vivências de forma mais detalhada e sem pressões externas. O roteiro de entrevista foi elaborado de forma a abordar questões relativas à formação dos educadores, ao uso de materiais didáticos, à metodologia empregada em sala de aula e à percepção sobre os resultados do ensino dessa temática entre os alunos. A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, com base nos princípios da análise de conteúdo. As respostas obtidas nas entrevistas foram transcritas e organizadas em categorias temáticas, que permitiram identificar padrões e tendências nas respostas dos participantes. A partir dessa análise, foi possível compreender as principais dificuldades enfrentadas pelos professores na implementação da Lei 11.645/2008, bem como as estratégias e práticas pedagógicas que têm sido mais eficazes para o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. A análise qualitativa também permitiu identificar as percepções dos profissionais sobre a importância da lei para a promoção da diversidade cultural e da inclusão social nas instituições de ensino.

### **III. Resultados E Discussões**

Os resultados da pesquisa, que teve como objetivo entender como a Lei 11.645/2008 está sendo aplicada nas escolas, revelaram uma série de informações valiosas sobre as práticas pedagógicas dos educadores e os desafios enfrentados na implementação do ensino da cultura afro-brasileira e indígena. A análise qualitativa das entrevistas realizadas com 13 profissionais da educação, sendo professores e gestores, trouxe à tona uma diversidade de experiências e percepções sobre o tema.

Uma das primeiras conclusões importantes foi a falta de formação específica dos educadores para ensinar sobre as culturas afro-brasileira e indígena. Segundo os respondentes e05 e e08, a maioria dos professores não recebeu treinamento adequado durante a sua formação inicial para abordar essas temáticas de maneira profunda e respeitosa. "Durante a faculdade, nunca tive uma disciplina que abordasse a cultura afro-brasileira ou indígena de forma mais prática. Isso me deixou sem recursos para ensinar corretamente", relatou e05, ressaltando a carência de preparações mais focadas na Lei 11.645/2008 e suas implicações pedagógicas.

Além disso, a formação continuada, ainda que reconhecida por alguns participantes como importante, não tem sido suficiente ou eficaz na atualização dos educadores sobre as práticas de ensino relacionadas à diversidade cultural. "Fazemos cursos rápidos sobre o tema, mas eles são muito superficiais e não nos preparam para as realidades do dia a dia em sala de aula", disse e09, refletindo uma dificuldade comum entre os profissionais entrevistados.

Outro aspecto identificado foi a limitação de recursos pedagógicos adequados para o ensino da cultura afro-brasileira e indígena. Vários entrevistados, como e02 e e07, mencionaram que os materiais didáticos disponíveis nas escolas nem sempre abordam esses temas de maneira aprofundada. "Os livros didáticos que temos nas escolas falam muito pouco sobre a história dos povos indígenas ou dos afro-brasileiros. Muitas vezes, temos que buscar material extra ou improvisar", explicou e02, demonstrando a carência de recursos didáticos específicos e contextualizados.

Porém, alguns respondentes destacaram a importância das iniciativas de material pedagógico alternativo, como a utilização de vídeos, livros complementares e recursos da internet. "Busco sempre utilizar vídeos e livros que falem mais sobre as culturas indígenas e afro-brasileiras, porque os livros didáticos não conseguem transmitir de forma completa a riqueza dessas culturas", afirmou e06, que também ressaltou que, apesar disso, a falta de material mais acessível e adaptado ainda é um obstáculo.

Em relação ao tempo dedicado ao ensino dessas culturas, a pesquisa revelou que, para muitos profissionais, a Lei 11.645/2008 é, muitas vezes, ignorada ou tratada de maneira superficial. Segundo os respondentes e03 e e11, a carga horária dedicada à temática é insuficiente para cobrir a complexidade da história e das contribuições dessas culturas para a formação do Brasil. "Muitas vezes, a abordagem da cultura afro-brasileira e indígena acaba sendo reduzida a um ou dois dias no ano, geralmente em datas comemorativas, o que não permite um aprendizado consistente e contínuo", comentou e03.

Além disso, a pesquisa identificou uma dificuldade em integrar essas temáticas ao currículo regular de forma contínua. Muitos professores relataram que, apesar de reconhecerem a importância de ensinar sobre a diversidade cultural, encontram resistência, tanto dos alunos quanto dos próprios colegas, para tratar de questões relacionadas à identidade racial, desigualdade social e os impactos históricos da escravidão e do genocídio indígena. "Muitas vezes, as discussões sobre raça e cultura geram desconforto na turma, especialmente porque os alunos têm dificuldades em compreender a complexidade desses temas", relatou e10, evidenciando a sensibilidade e os desafios relacionados à abordagem de questões raciais nas escolas.

Outro desafio citado pelos entrevistados foi a falta de apoio da gestão escolar para promover ações pedagógicas mais profundas e sistemáticas sobre a cultura afro-brasileira e indígena. Segundo e04 e e12, muitos gestores escolares não priorizam esse conteúdo em suas políticas pedagógicas. "Mesmo sabendo da importância da lei, muitas vezes a gestão não oferece a estrutura necessária para que possamos trabalhar esses temas de forma eficaz", disse e04, evidenciando a necessidade de uma maior integração entre as políticas educacionais e a legislação que garante o ensino dessas culturas.

Por outro lado, alguns profissionais destacaram experiências positivas, onde a implementação da Lei 11.645/2008 foi mais bem-sucedida. "Aqui na escola, temos um projeto que busca integrar a cultura afro-brasileira e indígena em todas as disciplinas, não só nas aulas de história. A ideia é mostrar a importância dessas culturas na construção do Brasil em várias áreas do conhecimento", explicou e07. Esse tipo de prática pedagógica, que envolve a interdisciplinaridade, foi apontado como uma estratégia eficaz para tornar o ensino da diversidade cultural mais relevante e engajante para os alunos.

Em relação ao envolvimento dos alunos, a pesquisa também revelou que, quando o conteúdo é abordado de maneira mais profunda e respeitosa, há um aumento no interesse e na compreensão dos estudantes sobre a importância da cultura afro-brasileira e indígena. Segundo e08, "os alunos acabam se interessando mais pelos conteúdos quando são tratados de maneira viva e dinâmica, com materiais complementares, atividades culturais e discussões em sala de aula". Entretanto, é necessário que os professores estejam preparados para lidar com as questões de preconceito e discriminação que podem surgir durante as aulas, o que, em muitos casos, não é fácil de gerenciar.

Alguns respondentes também mencionaram que, em determinadas escolas, o ensino da cultura afro-brasileira e indígena é tratado com um certo grau de superficialidade. "Embora a lei diga que o ensino deve ser obrigatório, muitas vezes ele é feito de forma genérica, sem uma reflexão mais crítica sobre a realidade dos povos indígenas e dos afro-brasileiros no Brasil", comentou e01, apontando que, em algumas escolas, a abordagem se limita a aspectos históricos, sem incluir discussões sobre a situação atual desses grupos, suas lutas e resistências.

A maioria dos participantes concordou que a implementação da Lei 11.645/2008, apesar de suas dificuldades, representa um avanço significativo na educação brasileira. "A lei foi um marco importante, porque começou a garantir que essas culturas, antes invisíveis, sejam reconhecidas e ensinadas nas escolas", afirmou e09. Esse reconhecimento, embora parcial e muitas vezes ainda restrito, foi visto como um primeiro passo para a construção de uma educação mais inclusiva e representativa.

No entanto, a pesquisa também apontou a necessidade de políticas públicas mais robustas para garantir a efetiva implementação da lei. "A Lei 11.645/2008 precisa ser acompanhada de mais ações concretas por parte do governo, como a criação de mais materiais pedagógicos específicos e a capacitação contínua dos professores", sugeriu e13. A falta de uma política educacional mais clara e abrangente foi apontada como uma das principais dificuldades para o ensino dessas culturas nas escolas. Em suma, os resultados da pesquisa indicam que, embora a Lei 11.645/2008 tenha proporcionado um avanço significativo na inclusão das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, ainda há uma série de desafios a serem enfrentados.

A formação dos professores, a adequação dos materiais pedagógicos, a integração da temática no currículo e o apoio da gestão escolar são aspectos fundamentais que precisam ser melhorados para que a implementação da lei seja efetiva e promova a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. Por fim, a pesquisa ressaltou a importância da continuidade das discussões sobre a Lei 11.645/2008 e o ensino da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. "Ainda temos muito o que aprender e melhorar, mas a mudança está acontecendo, e é fundamental que todos os profissionais da educação se envolvam nessa causa", concluiu e06, reforçando a necessidade de uma ação coletiva para que a educação brasileira seja verdadeiramente inclusiva e representativa de todas as culturas que formam o país.

#### **IV. Conclusão**

A pesquisa realizada sobre a implementação da Lei 11.645/2008 nas escolas brasileiras revelou desafios consideráveis, mas também identificou avanços significativos no reconhecimento e ensino das culturas afro-brasileira e indígena no sistema educacional. A análise dos dados coletados por meio de entrevistas com 13 profissionais da educação, entre professores e gestores, mostrou que, embora a legislação tenha sido fundamental para trazer à tona essas temáticas, a implementação da lei ainda enfrenta obstáculos substanciais. A falta de formação específica dos educadores, a escassez de materiais pedagógicos adequados e a resistência de alguns

alunos e colegas de trabalho são questões que dificultam a aplicação eficaz da Lei 11.645/2008 nas escolas. Entretanto, a pesquisa também evidenciou práticas pedagógicas inovadoras e bem-sucedidas, nas quais a integração da história e cultura afro-brasileira e indígena foi feita de maneira interdisciplinar, dinâmica e contextualizada, gerando mais interesse e envolvimento dos alunos. A formação contínua dos professores, a criação de materiais didáticos específicos e a articulação entre gestão escolar e políticas públicas são elementos fundamentais para superar as dificuldades e potencializar os resultados positivos. A pesquisa conclui que, apesar de avanços importantes, a plena implementação da Lei 11.645/2008 depende de um esforço coletivo entre educadores, gestores e políticas públicas mais robustas. A inclusão efetiva da cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar não é apenas uma questão de cumprimento de uma obrigação legal, mas uma ação necessária para a promoção da diversidade cultural, do respeito à identidade de todos os grupos e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A continuidade das discussões sobre a diversidade cultural e a capacitação constante dos profissionais da educação são essenciais para garantir que os objetivos da lei sejam efetivamente atingidos.

### Referências

- [1] Lima, L. A. O. Et Al. Quality Of Life At Work In A Ready Care Unit In Brazil During The Covid-19 Pandemic. *International Journal Of Research -Granthaalayah*, [S. L.], V. 8, N. 9, P. 318–327, 2020. Doi: <https://doi.org/10.29121/Granthaalayah.V8.I9.2020.1243>
- [2] Lima, L. A. O.; Domingues Junior, Gomes, O. V. O. Saúde Mental E Esgotamento Profissional: Um Estudo Qualitativo Sobre Os Fatores Associados À Síndrome De Burnout Entre Profissionais Da Saúde. *Boletim De Conjuntura Boca*, 2023. <https://doi.org/10.5281/Zenodo.10198981>
- [3] Lima, L. A. O., Domingues Júnior, P. L., & Silva, L. L. (2024). Estresse Ocupacional Em Período Pandêmico E As Relações Existentes Com Os Acidentes Laborais: Estudo De Caso Em Uma Indústria Alimentícia. *Rgo - Revista Gestão Organizacional*, 17(1), 34-47. <http://dx.doi.org/10.22277/Rgo.V17i1.7484>.
- [4] Lima, L. A. O.; Domingues, P. L.; Silva, R. T. . Applicability Of The Servqual Scale For Analyzing The Perceived Quality Of Public Health Services During The Covid-19 Pandemic In The Municipality Of Três Rios/Rj, Brazil. *International Journal Of Managerial Studies And Research (Ijmsr)*, V. 12, P. 17-18, 2024. <https://doi.org/10.20431/2349-0349.1208003>
- [5] Lima, L. A. O; Silva, L. L.; Domingues Júnior, P. L. Qualidade De Vida No Trabalho Segundo As Percepções Dos Funcionários Públicos De Uma Unidade Básica De Saúde (Ubs). *Revista De Carreiras E Pessoas*, V. 14, P. 346-359, 2024. <https://doi.org/10.23925/Recap.V14i2.60020>
- [6] Reis, V. Literatura De Autoria Indígena: Encantamento E Cumprimento Da Lei 11.645/2008. *Revista Moinhos*, 2023.
- [7] Rocha, V. R.; Silva, N. B.; Dutka, F. S. Lei 11.645/2008: O Que Dizem Os Projetos Políticos Pedagógicos De Instituições De Ensino Do Município De Ouro Preto Do Oeste- Rondônia?. *Das Amazônias*, [S. L.], V. 6, N. 01, P. 122–137, 2023.
- [8] Silva, I. M.; Rabelo, J.; Dorigon, J. C. Os Jogos Indígenas E A Lei 11.645/2008: Possibilidades Para Um Currículo Intercultural: Possibilidades Para Um Currículo Intercultural. *Textos E Debates*, [S. L.], V. 30, N. 01, P. E7919, 2024.
- [9] Silva, G. J. O Octogenário “Dia Do Índio”: Histórias E Culturas Indígenas Em Escolas Brasileiras Antes E Depois Da Lei N.º 11.645/2008. *Revista Eletrônica História Em Reflexão*, [S. L.], V. 16, N. 31, P. 82–101, 2022.
- [10] Tavares, L. C; Bahia, J. Estudos E Pesquisas Sobre A Cultura Afro-Brasileira A Partir Da Lei 10.639/2003 E 11.645/2008 Na Escola Estadual De Ensino Médio São José Em Óbidos/Pa. *Textos E Debates*, [S. L.], V. 30, N. 01, P. E7923, 2024.